

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), candidato à presidência da Câmara em oposição intrapartidária ao deputado Ulysses Guimarães, afirmou ontem, em Porto Alegre, que, até o próximo dia 2, terá conquistado todos os 250 votos de que precisa para ganhar a eleição e chegar ao cargo. Para isto, explicou, está mantendo encontros com as bancadas de todos os Estados na Câmara. Já esteve em São Paulo, participou ontem de uma reunião do partido no Rio Grande do Sul e, amanhã, estará no Rio.

Fernando Lyra criticou o acúmulo de cargos que já detém o deputado Ulysses Guimarães como algo "concentrador e autoritário", na medida em que "a característica fundamental da democracia é a descentralização, e o exemplo deve começar a partir das lideranças do partido". Para ele, a presidência do PMDB, o exercício da vice-presidência da República e as pretensas presidências da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte em mãos de Ulysses significam "muito cargo para um homem só".

Ele entende que a quebra desta "centralização" é "saúdável" para o partido e não vai provocar qualquer cisão. "Participo há 20 anos do antigo MDB e do agora PMDB e todas as disputas políticas que nele ocorreram só o fizeram crescer. É um partido que se tem engrandecido com as disputas, e isto é muito bom. Ruim seria se o PMDB fosse um partido imobilizado."

De qualquer maneira, disse considerar o deputado Ulysses Guimarães "um homem conhecido como probo e honrado", e classificou como um "equivoco" a notícia de que teria acusado Ulysses de corrupção eleitoral. "Houve um equivoco na notícia", disse. "Esta acusação é improcedente. Eu não disse isto." Mas não explicou o que efetivamente teria ocorrido. afirmou mesmo que, se o partido escolher Ulysses para candidato à sucessão de Sarney, irá apoiar seu atual concorrente à presidência da Câmara. "Exceto naquele episódio da Prefeitura do Recife", falou, "sempre acatei as decisões do partido".

⚡ Voltou a defender o fim dos "jetons" pagos aos deputados na Câmara, não como um objetivo por si mesmo, mas disse que "uma das causas da falta de credibilidade do Parlamento no Brasil é a forma como são pagos os deputados". Para Fernando Lyra, os parlamentares devem ter um vencimento fixo, "equivalente, talvez, aos dos ministros dos tribunais superiores, por exemplo". Observou que a necessidade de pagamentos de "jetons" como forma de remunerar os deputados "desprestigia", e que "o importante é que cada parlamentar tenha um salário condigno". Negouse, no entanto, a prever quantos votos já teria para chegar à presidência da Câmara.

Apoios

O PTB e o PFL poderão apoiar o nome de Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte. O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, disse que a "tendência do partido é a de apoiar Ulysses Guimarães". No final do mês, a bancada petebista estará reunida e o líder acredita que deverá ser formalizado o apoio à candidatura de Ulysses. O PTB, porém, não concorda com a permanência de Ulysses na presidência do PMDB: "Presidindo o PMDB, a Câmara e a Constituinte, Ulysses poderá sofrer pressões e influências do seu partido, colocando em risco a normalidade dos trabalhos legislativos e da Constituinte", disse Gastone Righi.

Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, também admitiu que seu partido deverá apoiar o nome de

Ulysses para a presidência da Constituinte. Porém, Chiarelli aproveitou para reafirmar que seu partido vai pleitear a proporcionalidade na divisão dos cargos e da presidência das Mesas da Câmara, Senado e Constituinte, frisando que uma delas deverá ficar com o PFL.

Para o senador Afonso Camargo (PMDB-PR) a eleição de Ulysses para as presidências da Câmara e da Constituinte é, na verdade, "o pagamento de uma dívida histórica que a classe política tem com ele". Além disso, Afonso Camargo defende a tese de que seria bom que o presidente da Constituinte seja também o presidente da Câmara, "para o melhor funcionamento dos trabalhos".

Pimenta não disputa cargos: só quer defender suas idéias.

Um concerto sinfônico sob a regência do maestro Cláudio Santoro, em frente ao Congresso Nacional, imediatamente após a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, foi a fórmula encontrada para que o povo possa participar daquele evento, pois a falta de espaço no interior da sede do Legislativo, em Brasília, tornou inviável qualquer outra alternativa. Nos jardins serão instalados telões para o público acompanhar a solenidade.

Santoro regerá a Orquestra Sinfônica de Brasília num programa com músicas exclusivamente brasileiras do qual constarão as Bachianas, de Villa-Lobos, e a Protofonia de O Guarany, de Carlos Gomes, que será aberto com a participação do Coral da Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro cantando o Hino Nacional. A idéia do concerto reunindo autoridades e povo partiu do ministro da Cultura, Celso Furtado, e obteve a adesão do maestro, atualmente na Alemanha, de onde retornará no próximo dia 20. Será, também, uma homenagem a Villa-Lobos, cujo centenário de nascimento transcorrerá a 5 de fevereiro.

Ontem, a 26 dias da instalação da Constituinte, as assessorias da presidência de Câmara e Senado ainda não haviam chegado a um acordo sobre um tema que se vem revelando inquietante: o direito dos constituintes a convidar, pelo menos, uma pessoa para a cerimônia. Inquietante porque as galerias têm 955 lugares e há pelo menos duzentas autoridades e mil e quinhentos jornalistas, do Brasil e do Exterior, muitos dos quais não terão acesso àquelas dependências por falta de espaço. Se cada constituinte — e eles são 559 — tivesse direito a um convidado para as galerias, menos de 200 jornalistas teriam acesso, ainda que à distância, à cerimônia de instalação da Constituinte.

Neste momento, o mais provável é que os convidados dos constituintes assistam a cerimônia em telões a ser instalados nos auditórios Petrônio Portella, do Senado, e Nereu Ramos, da Câmara, havendo, ainda, a possibilidade de o número de assistentes ser substancialmente ampliado com a montagem de um novo telão no Centro de Convencões de Brasília, o maior da Capital. Entendimentos neste sentido estão sendo feitos entre as Mesas de Senado e Câmara e o governo do Distrito Federal.

Solenidade

Com exceção dos próprios constituintes, apenas os ministros de Estado, o corpo diplomático — 80 embaixadores — os governadores eleitos e em exercício, os ministros do Supremo Tribunal Federal, os presidentes



Pimenta: tempo integral à Constituinte.



Lyra Ulysses Chiarelli Camargo

dos Tribunais Superiores, os comandantes militares do Planalto, o arcebispo de Brasília, o consultor e o procurador-geral da República têm lugares assegurados na instalação da Constituinte. A sessão solene será instalada às 16 horas, mas já às 15h15 o ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, a quem incumbirá presidir, estará passando em revista as tropas.

À mesa que dirigirá os trabalhos, além de Moreira Alves, estarão presentes, apenas, o presidente da República e os presidentes da Câmara e do Senado. Composta a Mesa, o presidente do STF declarará instalada a Assembléia Nacional Constituinte. Seu discurso, o único da solenidade, será precedido da execução do Hino Nacional e das salvas de artilharia, ao mesmo tempo em que a Bandeira Nacional será hasteada nos mastros das duas Casas do Congresso.

No dia seguinte, 2 de fevereiro, o ministro Moreira Alves presidirá a sessão de eleição do presidente da Constituinte, com o que estará encerrada sua participação no processo de elaboração constitucional nos termos do Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 2. Ao presidente da Constituinte caberá coordenar a eleição da Me-

sa. Ao contrário da Câmara e Senado, que têm sete titulares e quatro suplentes, a Mesa da Constituinte deverá ser bem menor, pois seus membros não terão funções administrativas.

Todas as pessoas que se encontrarem no interior do edifício do Congresso, no dia da instalação da Constituinte, deverão usar crachás, inclusive os constituintes. Eles são 559 — 105 a mais que os 454 lugares disponíveis no plenário da Câmara, onde funcionará a Assembléia.

Um concerto sinfônico. Para marcar a solenidade.

O deputado Pimenta da Veiga não disputará a reeleição para a liderança do governo e do PMDB na Câmara para se dedicar integralmente à Assembléia Nacional Constituinte, de que poderá ser relator-geral. Ele apóia integralmente as candidaturas do deputado Ulysses Guimarães à presidência da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte.

Ao reunir ontem a imprensa, em seu gabinete, para agradecer a colaboração recebida, durante os dois anos em que foi líder e viveu "momentos difíceis e outros extremamente difíceis", ele anunciou a disposição "de continuar defendendo o governo Sarney, que vem realizando obra notável!"

"Vocês ficam livres de mim. Não disputarei a liderança. Quero me dedicar integralmente ao trabalho da Constituinte, cuja importância nem todos estão avaliando corretamente. Quero ter tempo para defender alguns temas, como o parlamentarismo, o voto distrital misto e a reforma tributária."

Pimenta da Veiga mostrou-se despreocupado quando lhe indagaram se não se sentia constrangido em se opor à candidatura de Fernando Lyra à presidência da Câmara, por ter sido ele um dos coordenadores de sua ascensão à liderança:

"Ressalto o apreço que tenho ao deputado Lyra e exalto suas virtudes. Noutra oportunidade não teria dúvida em apoiá-lo. Nessa hora, a eleição do deputado Ulysses Guimarães é a mais conveniente para a instituição e para a Constituinte. Até mesmo porque há muito tempo já havia praticamente consenso com relação a sua candidatura à presidência da Assembléia Nacional Constituinte."

O deputado mineiro acha importante a eleição de Ulysses: "Um ato

de justiça pelo que tem feito, não somente pelo Parlamento como pelo partido, que saiu amplamente vitorioso nas últimas eleições. Gostaria ainda de esclarecer a questão da acumulação. Não há acumulação. Os cargos são inseparáveis. Para o bom funcionamento da Constituinte, é indispensável que sua presidência seja exercida simultaneamente com a presidência da Câmara, por razões políticas e administrativas", disse o deputado.

Pimenta da Veiga também rejeitou o dispositivo da Carta Magna que impediria a reeleição de Ulysses Guimarães:

"Não tenho nenhuma dúvida de que esse dispositivo da Carta autoritária de 1967 visou a reduzir a expressão do Parlamento e a impedir a consolidação de grandes lideranças. Por isso, estou com a interpretação mais liberal da Comissão de Constituição e Justiça, que se baseou na opinião de juristas notáveis, como Djalma Maranhão, Miguel Reale e Célio Borja, para quem esse artigo é cerceamento da própria atividade parlamentar, por que dispõe sobre assuntos internos da Câmara. Não vejo nenhum obstáculo de ordem constitucional e reitero minha opinião de que, quem quer seja presidente da Câmara, deve exercer cumulativamente a presidência da Constituinte para evitar a concorrência de dois presidentes e para que não haja conflito entre os dois órgãos".